

Queila Pahim da Silva
Sérgio Ramiro Rivero Guardia
Organizadores

Turismo reflexões e desafios

Volume IV



Pantanal Editora

2023

Queila Pahim da Silva
Sérgio Ramiro Rivero Guardia
Organizadores

Turismo reflexões e desafios
Volume IV



Pantanal Editora

2023

Copyright© Pantanal Editora

Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo

Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera e Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora. **Diagramação e Arte:** A editora. **Imagens de capa e contracapa:** Canva.com. **Revisão:** O(s) autor(es), organizador(es) e a editora.

Conselho Editorial

Grau acadêmico e Nome

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Profa. MSc. Adriana Flávia Neu
Profa. Dra. Allys Ferrer Dubois
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior
Profa. MSc. Aris Verdecia Peña
Profa. Arisleidis Chapman Verdecia
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva
Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo
Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu
Prof. Dr. Carlos Nick
Prof. Dr. Claudio Silveira Maia
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos
Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva
Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos
Prof. MSc. David Chacon Alvarez
Prof. Dr. Denis Silva Nogueira
Profa. Dra. Denise Silva Nogueira
Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão
Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves
Prof. Me. Ernane Rosa Martins
Prof. Dr. Fábio Steiner
Prof. Dr. Fabiano dos Santos Souza
Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez
Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles
Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira
Prof. MSc. Javier Revilla Armesto
Prof. MSc. João Camilo Sevilla
Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales
Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski
Prof. MSc. Lucas R. Oliveira
Profa. Dra. Keyla Christina Almeida Portela
Prof. Dr. Leandro Argentel-Martínez
Profa. MSc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann
Prof. MSc. Marcos Pisarski Júnior
Prof. Dr. Marcos Pereira dos Santos
Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla
Profa. MSc. Mary Jose Almeida Pereira
Profa. MSc. Núbia Flávia Oliveira Mendes
Profa. MSc. Nila Luciana Vilhena Madureira
Profa. Dra. Patrícia Maurer
Profa. Dra. Queila Pahim da Silva
Prof. Dr. Rafael Chapman Auty
Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke
Prof. Dr. Raphael Reis da Silva
Prof. Dr. Renato Jaqueto Goes
Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo (*In Memoriam*)
Profa. Dra. Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos
MSc. Tayronne de Almeida Rodrigues
Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca
Prof. MSc. Wesclen Vilar Nogueira
Profa. Dra. Yilan Fung Boix
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

Instituição

OAB/PB
Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã
UO (Cuba)
IF SUDESTE MG
Facultad de Medicina (Cuba)
ISCM (Cuba)
UFESSPA
UEA
UNEMAT
UFV
AJES
UFGD
UEMS
IFPA
UNICENTRO
IFMT
UFMG
URCA
ISEPAM-FAETEC
IFG
UEMS
UFF
(Colômbia)
UNAM (Peru)
IFRR
UCG (México)
Rede Municipal de Niterói (RJ)
UNMSM (Peru)
UFMT
Mun. de Chap. do Sul
IFPR
Tec-NM (México)
Consultório em Santa Maria
UFJF
UEG
FAQ
UNAM (Peru)
SEDUC/PA
IFB
IFPA
UNIPAMPA
IFB
UO (Cuba)
UFMS
UFPI
UFG
UEMA
IFB
UFPI
FURG
UO (Cuba)
UFT

Conselho Técnico Científico
- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

Catálogo na publicação
Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

T938

Turismo reflexões e desafios - Volume IV / Organizadores Queila Pahim da Silva, Sérgio Ramiro Rivero Guardia. – Nova Xavantina-MT: Pantanal, 2023. 93p. ; il.

Livro em PDF

ISBN 978-65-81460-96-9

DOI <https://doi.org/10.46420/9786581460969>

1. Turismo. I. Silva, Queila Pahim da (Organizadora). II. Guardia, Sérgio Ramiro Rivero (Organizador). III. Título.

CDD 338.4791

Índice para catálogo sistemático

I. Turismo



Nossos e-books são de acesso público e gratuito e seu download e compartilhamento são permitidos, mas solicitamos que sejam dados os devidos créditos à Pantanal Editora e também aos organizadores e autores. Entretanto, não é permitida a utilização dos e-books para fins comerciais, exceto com autorização expressa dos autores com a concordância da Pantanal Editora.

Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000.
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br

Apresentação

Para qualquer país, o turismo é uma importante atividade socioeconômica, que se por um lado oportuniza o crescimento dos destinos, residentes e visitantes; por outro pode acarretar deterioramento no meio ambiente, das cidades e outros. Debater e refletir sobre os desafios deste fenômeno, implica em apoiar as governanças dos destinos para tornar suas ações relevantes.

Nesta obra reunimos cinco trabalhos acadêmicos de diversas regiões do Brasil que exploram as múltiplas faces do turismo. No primeiro capítulo descortina-se o contexto das concessões de serviços turísticos nas áreas protegidas do Brasil, apresentando-se uma sistematização de dados sobre as concessões de serviços turísticos em Áreas Naturais Protegidas (ANP) brasileiras, até o ano de 2020, bem como identifica questionamentos que emergem das publicações acadêmico-científicas que tratam desta matéria no Brasil. Em abordagem qualitativa e descritiva, é apresentada uma análise do contexto brasileiro, onde ressalta-se alguns aspectos históricos e políticos de fomento destes arranjos e suas principais características. Por fim, o capítulo apresenta reflexões que emergem dos achados de pesquisas acadêmicas e científicas sobre a temática, identificando algumas lacunas nos processos, especialmente, quanto à participação efetiva de comunidades locais e à promoção do desenvolvimento local na perspectiva da sustentabilidade.

Dando continuidade, o segundo capítulo versa sobre o resultado de uma parceria interinstitucional dos Cursos de Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Tendo como objetivo principal promover um conjunto de ações interdisciplinares de extensão e ensino, em formato remoto, aos estudantes de graduação em turismo, com ênfase na preparação para participação no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). Para tal, foram realizadas palestras de sensibilização e oficinas temáticas contextualizadas aos conteúdos básicos e específicos pertinentes às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do Curso de Graduação em Turismo. Trata-se de uma pesquisa exploratória de caráter qualitativo, realizada por meio de fontes primárias e secundárias, analisadas a partir de uma visão interpretativista.

Já no capítulo 3, o autor considera que ao propor novas formas de percepção e experimentação do urbano, a atividade produz novos sentidos da cidade, constituindo-se como um fator de inovação do turismo. Para tanto, estabelece uma relação entre a organização do geoturismo e processo de governança, correlacionado referências mundiais nas respectivas áreas, como Liccardo et al. (2016; 1012), Hose (2005) e Graham et al. (2003) e Hall (2011). Em seguida, utiliza de dados secundários obtidos na pesquisa de Silva (2016) para construir uma narrativa da geologia capital potiguar. Por fim, por meio da relação em Merleau-Ponty (1999) e Foucault (2003), Costa mostra como o geoturismo urbano produz sentidos e constrói um novo discurso turístico, colaborando para fortalecer o poder de competitividade do destino.

No quarto artigo, é apresentada uma análise da formação tecnológica e profissional em Eventos ofertada no Instituto Federal de Brasília, tendo como ponto de partida o olhar do discente acerca dos reflexos desta formação em sua preparação para o mercado de trabalho. Como resultado, identificou-se

a necessidade dos discentes em aprofundar seus conhecimentos sobre cenografia, audiovisual e cerimonial social, a expectativa em ter remuneração nos trabalhos desenvolvidos ao longo do curso, dentre outros.

Por fim no capítulo 5 analisou-se a utilização das redes sociais para a promoção do turismo, em especial do instagram, através de uma pesquisa feita em 2021 via *whatsapp*. Foi constatado que apesar desta rede social ser a mais utilizada pelos entrevistados, a maior parte das compras de viagens era feita fora da plataforma. Como conclusão, constatou-se o potencial desta rede com ferramenta para divulgação e venda de produtos turísticos.

Desejamos a todos uma ótima leitura e novas reflexões!

Os organizadores.


Sumário

Apresentação	4
Capítulo I.....	7
O contexto das concessões de serviços turísticos nas áreas protegidas do Brasil.....	7
Capítulo II	26
Extensão em rede: uma experiência com base no ENADE dos cursos de turismo das IES públicas do Rio Grande Do Norte.....	26
Capítulo III.....	43
Geoturismo urbano e sua organização como discurso da cidade: uma reflexão a partir da capital potiguar	43
Capítulo IV	56
Formação superior tecnológica em eventos: uma análise do curso oferecido no Instituto Federal de Brasília – Campus Brasília, a partir do olhar discente	56
Capítulo V.....	73
Instagram e sua influência na escolha do produto turístico	73
Índice Remissivo	92
Sobre os organizadores.....	93

Geoturismo urbano e sua organização como discurso da cidade: uma reflexão a partir da capital potiguar

Recebido em: 10/05/2023

Aceito em: 20/05/2023

 10.46420/9786581460969cap4

Moabe Breno Ferreira Costa 

INTRODUÇÃO

Meu pai São João Batista é Xangô
Ele é dono do meu destino até o fim
O dia que me faltar a fé no meu senhor
Derruba essa pedreira sobre mim
(Ponto de Xangô)¹

O verso da epígrafe, intitulado Ponto de Xangô, que faz parte do domínio popular e é interpretado por cantores da música brasileira, como Maria Betânia (Brasileirinho, 2003), propõe uma síntese da relação entre homem, cultura e elementos da natureza. Xangô é considerado o senhor da sabedoria e da justiça, pela tradição afro-brasileira; e seu habitat natural são cavernas, rochas e pedreiras.

Para religiões de matriz africana, os elementos bióticos e abióticos trazem consigo mistérios divinos, cujas interpretações influenciam o comportamento humano e a relação do homem com o meio. Por analogia ao sagrado, observamos que as diferentes composições de solos, minerais, rochas, rios, lagoas, paisagens e fenômenos naturais que compõem as diversas regiões do planeta Terra, objeto de estudo da geologia, interferem no modo como o homem se relaciona com o meio ambiente.

Cada local, cada cultura desenvolve significados específicos para os elementos da natureza que compõem sua ambiência. A formação das cidades, com suas estruturas, infraestruturas, edificações, ruas, paisagens e demais aspectos que fomentam sua dinâmica e criam seus cenários, está vinculada ao ambiente natural em que foi edificada. As interpretações geológicas são alicerces para a edificação do urbano e colaboram para a atribuição de sentidos aos lugares, possibilitando a construção de discursos culturais.

Os elementos da geodiversidade de um local permitem uma sistematização do espaço, delimitando as possibilidades de intervenções em cada área. Núcleos habitacionais, regiões de negócios e de grandes edificações, interligações de espaços, áreas de proteção são indicativos da geodiversidade da cidade. Analisamos a estrutura geológica para projetarmos a imagem do lugar. Ou seja, o urbano é

¹ http://www.umbandaesoterica.com.br/?page_id=539/. Acesso em 12 de junho de 2016.

edificado por meio de processos de interpretação. Às vezes não são tão respeitosos com os elementos da Terra quanto a percepção religiosa, mas este é um caminho para entendermos a cidade e as atividades que nela se desenvolvem, como o turismo.

O turismo é uma forma de relação do homem com os lugares, propondo uma cultura específica. A atividade compreende interação de atores-observadores (termo para designar autóctones e turistas) com o espaço e suas dinâmicas em processo de trocas simbólicas que direta e/ou indiretamente geram conhecimentos e interferem nas identidades locais. O termo simbólico está relacionado a aspectos materiais e imateriais que se comportam como representações do corpo social.

Portanto, as trocas simbólicas correspondem a negociações entre diferentes elementos que dinamizam as culturas. Quando este processo enfatiza o meio físico com a proposta de interpretar cientificamente a paisagem e sua contribuição para a construção dos significados sociais, denominamos de geoturismo.

Para a *National Geographic Travel* (2016), o geoturismo deve possibilitar conhecimentos sobre aspectos abióticos e melhorias na dinâmica local, considerando setores ambientais, estéticos, econômicos, entre outros. Para tanto, prescinde de uma gestão que promova a efetiva participação dos atores envolvidos na atividade. Neste sentido, nosso objetivo aqui é refletir sobre a construção discursiva do geoturismo urbano, tendo como objeto o destino de Natal, capital do Rio Grande do Norte-BR.

Esta reflexão foi apresentada na Conferência Internacional de Turismo (Invtur), realizada no município de Aveiro, Portugal, no ano de 2017. Estabelecemos relações entre elementos concretos e abstratos do geoturismo urbano, da governança e da produção de sentidos, construindo uma racionalidade hermenêutica. Buscamos formular nosso próprio contexto cognitivo a partir da interpretação de pesquisas bibliográficas e documentais, utilizando de dados secundários.

A hermenêutica é uma “uma metodologia crítica na leitura, releitura e nova interpretação de conceitos que integram o campo epistemológico do turismo” (Panosso Netto; Nechar, 2014, p. 133). Aqui, tentamos atribuir novos significados ao geoturismo, por meio de um exercício cognitivo que busca romper com absolutismos, orientações positivistas, funcionalistas e estruturalistas que situam as discussões referentes às investigações turísticas em um campo distante da argumentação, da racionalidade analógica e da dialética.

Ao pretendermos identificar analogias e contradições na essência do nosso objeto de análise, desenvolvemos uma hermenêutica dialética transformacional, como observa Gaxiola (2009). Assim, não nos debruçamos no processo histórico de desenvolvimento do geoturismo nem da governança nem da análise do discurso, mas nos critérios lógicos e válidos que os aproximam. Como a hermenêutica é um modo interpretativo que se comporta ao mesmo tempo como metodologia e teoria, organizamos nossas reflexões em três tópicos dissertativos.

O primeiro – Geoturismo urbano como estratégia de governança – traz uma contextualização sobre aspectos da atividade que apontam para sua gestão com base nos princípios da governança, já que

esta corresponde a um processo de gestão participativa cujos princípios incluem atribuição de voz ativa aos envolvidos, visão estratégica, responsabilidades, eficácia, eficiência e justiça social. Por meio desta relação, destacamos o geoturismo como uma narrativa cultural e, para melhor contextualização, apresentamos no segundo tópico – Geodiversidade de Natal: uma nova narrativa cultural – um estudo com dados secundários totalmente fundamentado na pesquisa de Silva (2016).

Enfatizamos a contribuição da geologia para a formação da dinâmica urbana e cultural da capital potiguar, destacando aspectos que contextualizam o geoturismo urbano. Estas abordagens teórica e técnica desencadeiam na terceira seção – Sentidos do urbano a partir da geodiversidade – uma discussão sobre produção de sentidos e como estes se convergem em mais um discurso da cultura turística. Refletimos sobre o modo como os elementos da geologia e gestão do geoturismo propõem um novo discurso para a cultura turística.

Consideramos o geoturismo urbano como um novo nicho de mercado, estimulando novos enfoques sobre a dinâmica socioeconômica e administrativa de centros receptivos, já que propõe novos movimentos sensíveis e cognitivos, a partir de um processo sistêmico de interpretação geográfica.

GEOTURISMO URBANO COMO ESTRATÉGIA DE GOVERNANÇA

Geoturismo corresponde às iniciativas administrativas para promover aos atores-observadores conhecimentos sobre a geologia e geomorfologia de uma localidade, ultrapassando a contemplação da beleza ambiental. Segundo Hose (2005), a atividade consiste na interpretação científica do patrimônio natural de forma compreensível, estimulando a visitação, a partir de um sistema ordenado de informações sobre elementos abióticos, com facilidades de serviços.

Por geoturismo urbano, entendemos a interpretação dos elementos abióticos que compõem a paisagem e estruturas das cidades. Liccardo et al. (2016; 2012) observam que a atividade está relacionada à geodiversidade usada no meio urbano e à presença de geossítios em seu território. Também são consideradas a geografia física e humana, história local e as relações da sociedade com o meio ambiente, tendo enfoque na demanda turística e na infraestrutura de comunicações, transportes, receptividade e hospitalidade adequadas.

A geodiversidade é representada por “todos os componentes da natureza abiótica, como minerais, rochas, solos, rios, paisagens e as relações e processos naturais envolvidos por esses recursos” (Silva, 2016, p. 79). Nas cidades, elementos da geodiversidade também estão diretamente vinculados à dinâmica e complexidade. Eles permitem a edificação de aspectos que compõem imagens ambientais, colaborando com a constituição da identidade do lugar. Encontramos elementos da geodiversidade *in situ* (no local de origem: praias, morros, cavernas, etc) e *ex situ* (elementos transportados do seu local de origem para outro, a exemplo de blocos de rochas utilizados na construção de arruamentos, monumentos, praças e prédios).

Buckley (2003) considera que o geoturismo urbano depende de estruturas sociais e instituições capazes de contribuir para a sustentabilidade local, estimulando hábitos sociais voltados para a redução de danos ao meio ambiente. A atividade só é viável a partir de unidades e medidas que assegurem uma exploração consciente dos elementos da geodiversidade, podendo ser incorporada a práticas já consolidadas, como o turismo cultural ou da natureza. Caetano et al. (2011) consideram que geoturismo se comporta como um micro-nicho de mercado, e o urbano como um nano-nicho, que incorpora a práticas já existentes aspectos da cientificidade, entretenimento e desenvolvimento com base sustentável.

Os autores citados acima convergem no fato de que implementação e execução do geoturismo urbano devem partir da tomada de decisões coletivas. Em diálogo com Graham et al. (2003), percebemos que a gestão da atividade corresponde a uma estratégia de governança. Conforme ponderam os autores, governança é um processo de tomada de decisões com base na participação de grupos de interesses que integram uma atividade. Envolve acordos, procedimentos, convenções ou políticas que conduzem a tomada do poder, de decisões e da prestação de contas para a promoção do bem coletivo.

Por sua vez, Newsome et al. (2012) estabelecem que a gestão do geoturismo deve envolver poder público, investidores, organizações de conservação não-governamentais, comunidades locais e os próprios turistas. A implementação e administração da atividade exigem especialistas em geologia, delimitação de sítios para acesso público, desenvolvimento de técnicas e métodos de conservação e estímulo ao conhecimento na forma de interpretação, além do gerenciamento de eventuais impactos negativos. Portanto, mesmo incorporado a um segmento, este nano-nicho de mercado exige específicas estratégias de planejamento e execução.

Assim, associamos a gestão do geoturismo aos princípios gerais da governança. Segundo Graham et al. (2003) a governança ocorre a partir da voz ativa aos setores sociais e atores envolvidos (Legitimidade), visão estratégica (Direção), eficácia e eficiência (Performance), delimitação de responsabilidades (Responsabilidade) e equidade social (Justiça). Como base em Hall (2011), observamos que compreender esses aspectos é importante, pois eles determinam formas de ação na arena política do turismo e, portanto, seleciona instrumentos e indicadores que são utilizados para alcançar objetivos concretos.

Graham et al. (2003) explicam que a participação efetiva, intrínseca à governança, implica na liberdade de associação, expressão e construção coletiva. Como já mencionado, o geoturismo deve ser gerenciado a partir do entendimento dos atores locais sobre seus aspectos. Condição essencial para assegurar a voz ativa dos envolvidos e o desenvolvimento de habilidades técnicas e administrativas que dinamizam o setor turístico, além da delimitação de valores justos aos serviços e produtos comercializados.

Por conseguinte, é preciso pressupostos que possibilitem a conciliação de interesses divergentes, gerando um consenso sobre os propósitos gerais da atividade. Tal convergência permite a elaboração de políticas e procedimentos de regulamentação de uso dos recursos ambientais e da infraestrutura que colabora para promover a satisfação proposta pelo atrativo. Isso implica em uma perspectiva de longo

prazo sobre a gestão do espaço, conciliando com o que Graham et al. (2003) entendem como o princípio da direção da governança. Ou seja, devemos buscar o desenvolvimento humano e social, associado à proteção ambiental.

Neste contexto, a gestão do geoturismo exige estratégias que permitam resultados satisfatórios às partes e instituições envolvidas. A atividade estabelece aos agentes públicos, setor privado e organizações da sociedade civil comprometimento com o cumprimento das condicionantes de uso do meio ambiente. Desse modo, apontamos para um livre fluxo de informações necessárias ao entendimento e monitoramento das ações, culminando no que corresponde ao princípio da responsabilidade, na governança.

Newsome et al. (2012) dizem que a natureza específica do geoturismo deve ser clara e concisa para que profissionais do turismo tenham um caminho definido a seguir, estabelecendo a compreensão de aspectos específicos do *marketing*, proteção e interpretação dos locais de interesse, constituindo uma performance fundamental para promoção da eficácia e eficiência na gestão da atividade. Portanto, sua implementação corresponde a uma forma organizativa, considerando aspectos da geodiversidade e fatores socioeconômicos que particularizam e evidenciam culturas, possibilitando apreensões de sentidos ao lugar.

A concepção da atividade traz em si um modo específico da gestão e fazer turismo, propondo novas formas de percepções, experimentações e constatações sobre o espaço, apontando para um novo fator da cultura turística. Para Eagleton (2005), a cultura está diretamente associada à ideia de produção, incluindo aspectos referentes ao pensamento, cognições, sensações, comportamentos, economia, tecnologia, memórias coletivas, entre outras questões que configuram identidades culturais e discursos sociais.

O geoturismo urbano põe em sinergia aspectos da cultura e produz novas interatividades do homem com a cidade, propondo uma narrativa própria. Assim, torna-se, conseqüentemente, um fator que amplia a competitividade dos destinos. Podemos pensar em uma reinvenção da exploração da cultura urbana, associando serviços e traçados naturais e arquitetônicos em um sistema que propõe subjetividade e funcionabilidade. Entendemos esse processo como a construção de novas narrativas culturais dotadas de sentidos e de significados. Estes especificam produções e processos interativos que interferem nas percepções afetivas, cognitivas e psicológicas do ator-observador sobre os espaços.

São narrativas imbricadas de simbolismos e semioses resultantes da cientificidade e processos de governança que propõem novas apreensões e compreensões sobre organizações sociais. Mas, que elementos constituem a narrativa do geoturismo? O próximo tópico traz uma abordagem sobre esta questão. Os elementos empíricos que apresentaremos são dados secundários, extraídos do estudo de Silva (2016) sobre o município de Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte-BR. O autor apresenta descrições da geodiversidade em locais específicos da cidade, pontuando informações que mostram sua

relação com a dinâmica do lugar, possibilitando a identificação e invenção de uma narrativa do geoturismo.

GEODIVERSIDADE DE NATAL: UMA NOVA NARRATIVA CULTURAL

Natal ocupa uma área de 167, 234 km², dividida em quatro regiões administrativas (norte, sul, leste e oeste) e 36 bairros. O município contém 235.522 domicílios em áreas com infraestrutura apropriada para ocupação, e 22.561 domicílios em locais carentes de serviços públicos. Estão delimitadas dez Zonas de Proteção Ambiental, quatro Zonas Especiais de Interesse Turístico, outras quatro de Interesse Social e uma de Interesse Histórico.

Apesar de ter sido fundada em 1599, somente a partir do século XX, iniciaram-se os debates sobre a organização da capital potiguar, incluindo a preocupação com as condições da paisagem urbana. Os atores integrantes do processo se preocuparam em respeitar características morfológicas de terrenos com solos arenosos e conjunto de dunas, delimitação de áreas verdes e a estruturação do urbano, considerando sistemas de redes de água, esgoto, transportes, calçamento das ruas e avenidas e o surgimento de novos bairros. Até 1901, só havia as comunidades da Cidade Alta, Ribeira e Cidade Nova que correspondem atualmente aos bairros de Petrópolis e Tirol.

A partir de meados do século XX, a população de Natal desenvolve novos hábitos sociais, como o usufruto dos recursos naturais no cotidiano. Começam a ser diversificados os equipamentos urbanos, ruas, prédios, praças, monumentos, elaboração de planos diretores que vão exigindo uma relação mais intensa da cidade com sua formação geológica.

No que se refere aos produtos abióticos *in situ*, Natal possui oito geossítios (lugares de geodiversidade) – Parque das Dunas, Parque da Cidade, Campo de Dunas Sul, Rio Doce, Rio Pitimbu, Rio Potengi, Litoral Central e Litoral Sul. No contexto *ex situ*, é possível identificar elementos da geodiversidade desde as edificações mais antigas, no Bairro da Ribeira, por exemplo, até às construções mais modernas em regiões centrais.

Ao percorrer áreas construídas e de proteção e conservação, em Natal, encontramos aspectos naturais associados às práticas humanas, em monumentos, prédios ou calçamentos, ou mesmos intrínsecos à paisagem natural, indicando transformações sociais e da incorporação da geodiversidade ao cenário urbano. Tomemos como exemplo a relação homem-natureza a partir do Litoral Central. A região é limitada pela desembocadura do Rio Potengi, a norte, e a sul pela Ponta do Morcego, onde ocorrem rochas correlatas ao Grupo Barreiras (arenitos ferruginosos) e que são registros remanescentes de falésias na região. Compreende as praias do Forte, do Meio e dos Artistas.

Até a década de 1920, a região não era utilizada para o lazer do natalense. Com o aumento do fluxo de pessoas, a área, sobretudo da Praia do Meio, passou a contar com avenidas e chegou a ter o primeiro hotel de luxo da cidade, o Hotel Reis Magos, inaugurado em sete de setembro de 1965. Geomorfologicamente, essa região é caracterizada por praias arenosas, com alguns resquícios de dunas

vegetadas, sendo possível ainda identificar dunas frontais na região da Praia do Forte. A principal diferença desse recorte do litoral natalense para os demais, entretanto, é a presença de corpos de arenitos praias paralelos à linha de costa.

No começo da história da cidade, já percebíamos a importância da presença dos arrecifes de arenito como um componente da paisagem. Mapas que retratam a época da ocupação holandesa, quando Natal passou a se chamar Nova Amsterdã e o Forte dos Reis Magos (*Fort Ceulen*), mostram e identificam os proeminentes arrecifes na região Litoral Central. No início do século XX, Branner (1904) mapeia a região, mostrando a existência de duas linhas paralelas de recifes de arenitos, chamados de “recife interno e externo”, constituindo o primeiro discurso científico sobre a geodiversidade local.

Essas duas linhas de arrecifes possuem gênese semelhante, sendo sua origem relacionada com a passagem lenta de águas saturadas em carbonato de cálcio a partir do continente que, ao entrar em contato com as águas marinhas, precipita o CaCO_3 na forma de cimento dando origem às rochas (arenitos e conglomerados). Pesquisa arqueológica no Forte dos Reis Magos, realizada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), permitiu a coleta de algumas amostras de arrecifes que foram analisadas em microscópio petrográfico. Essas amostras correspondem aos corpos de arenitos praias na região Litoral Central, de onde foram retirados, inicialmente, os blocos para a construção do Forte e de alguns edifícios no Centro Histórico de Natal.

Pela análise, identificamos que as rochas são compostas, essencialmente, por quartzo monocristalino, plagioclásio e microclina. São encontrados em menores proporções: bioclastos, apatita, turmalina, epidoto, muscovita, titanita e biotita. Podemos observar uma cimentação carbonática tipo mosaico e em franjo fibro-radial, enquanto o tipo de porosidade predominante é intergranular primária. Os corpos de arenitos na região Litoral Central também são responsáveis pela morfologia da linha de costa, uma vez que pequenas aberturas nos recifes geram difração nas ondas, que, ao atingir a praia, a modelam em um formato côncavo.

Como notamos, Silva (2016) traçou um panorama da região Litoral Central a partir de elementos da geodiversidade *in situ* e da relação desses elementos com a produção humana. O pesquisador também faz a abordagem referente aos elementos *ex situ* de Natal, como podemos observar no contexto do Centro Histórico que compreende uma área de 28 hectares entre os bairros da Cidade Alta, Ribeira e Rocas, tombada pelo Iphan, em julho de 2014.

Esta região, que até o começo do século XX correspondia à área total da cidade, possui um amplo registro de uso de rochas na pavimentação de ruas, construção e ornamentação de edifícios e monumentos. Arenitos ferruginosos e arenitos calcíferos foram utilizados no Centro Histórico desde o início da colonização da cidade. No início do século XX, começaram a ser usados granitos e, em seguida, ortognaisses, mármore, migmatitos, tonalitos e diabásios. A partir dessa contextualização, Silva (2016) descreve como e onde essas rochas foram utilizadas, mostrando a relação dos elementos abióticos e a cultura local.

Portanto, ao construir um discurso com base na interpretação da geodiversidade, consideramos que Silva (2016), estabelece imagens de Natal até então não incorporadas pela cultura turística local. Como observa Lynch (1997), a cidade só pode ser percebida no decorrer do tempo, por meio do seu *design* ou imagem ambiental.

A cada instante, há mais do que o olho pode ver, mais do que o ouvido pode perceber, um cenário ou uma paisagem esperando para serem explorados. Nada é vivenciado em si mesmo, mas sempre em relação aos seus arredores, às sequências de elementos que a ele conduzem, à lembrança de experiências passadas (Lynch, 1997, p. 4).

Para o autor, no processo de construção da cidade, a imagem ambiental corresponde ao elemento estratégico para que os cidadãos construam em suas mentes a ideia de localismo, apontando para os sentidos do urbano. Desse modo, refletimos que os sentidos resultam de um processo dialógico entre observador e o ambiente, compreendendo sensações, percepções e experimentações. Os sentidos da cidade decorrem de suas formas físicas e da sensibilidade do observador.

Com base em Horan (2000), inferimos que o construto de Silva (2016) propõe um novo senso do local, definindo mais uma atmosfera específica da capital potiguar. Desse modo, o pesquisador contribui para a produção de um novo discurso sobre a cultura turística de Natal, a partir da delimitação de aspectos que podem produzir sentidos ao ator-observador, interessado na abordagem científica sobre o meio ambiente.

Observamos a materialidade do discurso do geoturismo urbano em Natal uma vez que é possível identificar procedimentos internos e externos e sistemas de restrições que o circunscrevem e o ratificam como uma narrativa cultural. Admitimos que a atividade cria novos sentidos à cidade, atualizando percepções, experimentações e constatações de atores-observadores sobre o local. Mas como ocorre a produção de sentidos? É a abordagem do próximo tópico.

SENTIDOS DO URBANO A PARTIR DA GEODIVERSIDADE

A narrativa do geoturismo urbano é mais uma constatação que ratifica a noção do turismo como uma cultura virtual, por estar em constante processo de criação, transformação, vivências, produção de conhecimentos e de reformulações do ambiente. Também ratifica que o turismo depende de inovações para ampliar sua competitividade. Assim, refletimos que a cultura turística se constitui a partir de diversas narrativas que propõem diferentes sentidos aos locais. Estes diferentes sentidos se misturam na cidade e compõem suas identidades.

Entendemos a cidade turística como um corpo integrado, no qual seus elementos interagem para a formação de um todo dotado de narrativas culturais. Cada um dos seus aspectos admite significados próprios, que podem ser compreendidos tanto em seu interior, isolados ou na inter-relação entre eles, quanto fora de suas fronteiras. Como constamos anteriormente (Costa, 2004), a cidade é uma idealização do homem para a vida em comum. Trata-se de uma unidade orgânica formada por aspectos naturais,

sociais, históricos, políticos, econômicos que especificam culturas evidenciadas por suas formas organizativas e atividades desenvolvidas.

A cidade é um corpo que admite sentidos à medida que se vão definindo e reinventando suas funções, atribuições e valores. Através de aspectos do sensível, da experiência e da cognição, os atores sociais atribuem sentidos ao local, constituindo processos de significação, cujas semioses propõem narrativas culturais. Conforme pondera Merleau-Ponty (1999, p. 294), “todos os sentidos são espaciais, e a questão de saber qual é o sentido que nos dá o espaço deve ser considerada como ininteligível se refletirmos no que é um sentido”.

Isso implica que quando o ator-observador se depara com algo que se apresenta diante de sua mente, primeiro ele nota e percebe esse objeto por essência, em harmonia com sua forma, a partir de uma consciência perceptiva. Somente após o processo de percepção, uma experiência do sensível, o objeto penetra na cognição, podendo, em seguida, constituir-se como um fenômeno.

Para o filósofo francês, o objeto só é determinado como um ser identificável através de uma série abstrata de experiências possíveis. Experiências do próprio corpo como visão, tato, audição ou mesmo os movimentos. Como exemplo, o autor observa a influência das cores no comportamento humano. Conforme pondera, só é possível compreender a significação motora das cores se se permitir perceber a atitude do corpo que ela propõe. É preciso, portanto, a percepção das cores como agentes produtores de sensações e não apenas como meras qualidades ou estados fechados em si mesmos.

Da mesma forma ocorre a produção de sentidos do geoturismo. O andar pelas areias, mergulhar nos mares e rios, sentir o calor e o vento, deixar se envolver pelas cores, texturas e formatos dos elementos geológicos *in situ* e *ex situ* constitui o movimento perceptivo que nos permite apreender discursos contidos na geodiversidade dos lugares. Em Merleau-Ponty (1999), a apreensão de sentidos dos objetos e dos fenômenos ocorre por meio da apreensão de suas especificidades. E só podemos verificá-las na experimentação, constituindo uma síntese perceptiva, para posteriormente se exercer a síntese intelectual da narrativa proposta pelas coisas.

Não é o sujeito epistemológico que efetua a síntese, é o corpo, quando sai de sua dispersão, se ordena, se dirige por todos os meios para um termo único de seu movimento, e quando, pelo fenômeno de sinergia, uma intenção única se concebe nele (Merleau-Ponty, 1999, p. 312).

Portanto, a produção dos sentidos está vinculada a uma síntese perceptiva, que parte das sensações, da experiência do sensível, penetrando em seguida na consciência, na razão cognitiva, constituindo-se como uma síntese intelectual. Para Merleau-Ponty (1999, p. 315), “os sentidos traduzem-se uns aos outros sem precisar de um intérprete, compreendem-se uns aos outros sem precisar passar pela ideia”. Segundo o autor, o que faz a realidade da coisa é aquilo que se subtrai à posse do observador; aquilo por ele apreendido. Quando percorremos o processo interrupto da percepção à experimentação, podemos dizer que atingimos a unidade dos sentidos, sendo possível apreender imagens do objeto e desenvolver narrativas sobre a cultura.

Ao tentarmos entender sentidos do urbano propostos pelo geoturismo, é preciso considerar formas espaciais da cidade e as sensações que estas e seus elementos (cores, temperaturas, movimentos, informações, materiais...) podem provocar no ator-observador e que discursos estes são capazes de produzir. É necessário desenvolver uma percepção sobre a cidade, seus contornos, formações, elementos abióticos e suas apropriações pela cultura, como propôs Silva (2016). Mas, não exatamente porque a atividade consiste na interpretação desses elementos; e sim, porque são estes que vão estimular o universo sensível do observador, sem o qual ele pode não dedicar atenção à atividade.

Ou seja, o geoturismo urbano é um discurso turístico que tem seu próprio modo de estruturação, que, ao nosso ver, relaciona-se à governança, exige conhecimentos e práticas específicas e produz sensações nos atores-observadores. Assim, estimula o sistema háptico, desenvolvendo no sujeito da experiência uma consciência das sensações provocadas no corpo pelos elementos abióticos, como vento, água, temperatura, textura dos elementos *in situ* e *ex situ* da geodiversidade. Ao sintetizar, ao sincronizar a natureza às percepções humanas, a atividade chama a atenção para novos sentidos do urbano e a materialização de um novo discurso cultural.

O geoturismo urbano se evidencia e se concretiza na medida em que o observador realiza uma série abstrata de experiências, envolvendo seus sentidos, e atribuindo, desse modo significações à prática, de onde se depreendem os discursos. Afinal, o discurso se materializa nas práticas culturais.

[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, estivar sua pesada e temível materialidade (Foucault, 2007, p. 9).

Ou seja, o discurso é material e existe na cultura de modo devidamente estruturado a partir de perspectivas organizacionais como a própria governança que caracteriza a estratégia de gestão do geoturismo. Foucault (2007) observa que a materialidade do discurso pode ser identificada a partir de procedimentos internos (comentário, autor e disciplina), sistemas externos de controle (interdição, rejeição e rejeição do discurso) e sistemas de restrições (rituais da palavra, sociedades do discurso, grupos doutrinários e apropriações sociais).

Com a proposta de associar cientificidade, entretenimento e proteção ambiental nas cidades, o geoturismo urbano exige associação de disciplinas como geografia e comunicação, e torna-se objeto de estudos para autores de diversas áreas do saber, estando suscetível a construções de comentários (científicos, técnicos ou empíricos).

Por estes aspectos e por delimitar forma específica de gestão, há, na concepção, organização e prática da atividade, sistemas externos de controle do discurso, tanto, que foi possível estabelecer uma relação entre a estruturação do geoturismo e sistemas de governança. Há palavras que não podem ser expressas no discurso do geoturismo, a exemplo de termos que indiquem relações de dominação e degradação do ambiente. Isso vai construindo um ritual da circunstância, na qual as ideias repercutidas

apontam para delimitação de verdades, como notamos nos dados secundários que coletamos em Silva (2016) sobre a geodiversidade da capital potiguar.

Esta vontade da verdade, por sua vez, possibilita uma concretização de ideias e sua apropriação pelas práticas sociais. E, nesse caso, a delimitação de um público alvo fomenta a sociedade do discurso, constituindo assim um posicionamento turístico e poder de competitividade. Dos rituais das palavras até às apropriações sociais, constatamos que o discurso emerge como uma reflexão sobre verdades e se manifesta como práticas sociais.

O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar a interioridade silenciosa da consciência de si (Foucault, 2007, p 49).

Observamos que o discurso do geoturismo urbano em Natal-RN vem sendo construído através de investigações científicas, como o estudo de Silva (2016). Verificamos a emergência de um novo aspecto da cultura turística, já que o geoturismo estabelece modos operacionais específicos, constituindo novos movimentos sensíveis, intelectuais e socioeconômicos. Isso permite inusitadas percepções e experimentações na cidade, colaborando para a produção de novos sentidos do urbano. Por admitir público alvo, gestão específica e práticas culturais peculiares, pode-se considerar o geoturismo urbano como um fator de inovação no setor, ampliando a competitividade do destino Natal-RN.

CONSIDERAÇÕES

O geoturismo urbano é um fator de inovação na cultura turística, que amplia a competitividade do destino, associando entretenimento, cientificidade e sustentabilidade como uma estratégia de governança. Por assumir características próprias, a atividade se comporta como uma nova narrativa cultural, disseminando, desse modo, novos sentidos sobre os locais onde se evidencia. Portanto, da concepção à execução da atividade, identificamos a emergência de um discurso turístico que especifica uma nova prática cultural, propondo ao destino, ações pautadas pela criatividade, empreendedorismo e inovação.

Tais aspectos são imprescindíveis à ampliação da competitividade e fomento a um ecossistema turístico sustentável. A prática atualiza a cultura turística ao delimitar novo público e um discurso centrado em específicas sensações, percepções e experimentações do espaço. Por isso, consideramos Natal como lugar apropriado ao desenvolvimento do geoturismo urbano. A capital potiguar dispõe de locais em que a geodiversidade pode ser explorada de forma natural ou como constituinte principal das paisagens, da beleza cênica e como componente construtivo em edificações históricas.

Tudo isso representa um ritual de proteção da geodiversidade urbana. Por isso, relacionamos o geoturismo urbano à essência de Xangô, o orixá protetor das rochas, da justiça e da sabedoria. A atividade

traz em si uma preocupação com o uso sustentável do ambiente urbano, podendo ampliar a discussão para questões mais profundas relacionadas à cultura turística.

Promoção da sadia qualidade de vida aos residentes, dignidade da população em situação de rua, formas inteligentes de mobilidade para execução da atividade e ampliação de iniciativas da educação ambiental para todos são temas que integram o discurso do geoturismo ambiental. Entre outras, estas abordagens podem e merecem ser exploradas em estudos técnicos e pesquisas científicas, no sentido de fomentar o desenvolvimento socioeconômico dos destinos.

Entre nossas preocupações conceituais, defendidas em outras produções, o geoturismo urbano ratifica o turismo como uma cultura que se desenvolve a partir da dinâmica local, cuja produção simbólica tem força para atrair estrangeiros (turistas e empreendedores). Também coopera como contra-argumentação ao que alguns pesquisadores chamam *e-tourism*. Turismo é sensação, é prática, é iteração no espaço físico e com ele, como mostra o geoturismo urbano. Ambiências digitais são apenas plataformas de comunicação interativas.

REFERÊNCIAS

- Branner, J. C. (1904). *The Stone Reefs of Brazil, Their Geological and Geographical Relations, with a Chapter on the Coral Reefs*. Cambridge, John Wilson and Son, 285p.
- Buckley, R. (2003). *Research Note Environmental Inputs and Outputs in Ecotourism: Geotourism with a Positive Triple Bottom Line?* International Centre for Ecotourism Research, Griffith University, Queensland: Australia.
- Caetano, P. S., Patuleia, M. L. de A. S. & Ferreira, M. I. M. (2011). *Entre a superfície e o subterrâneo: proposta de percursos geoturísticos urbanos em Lisboa*. International Conference on Tourism & Management Studies. vol I, Book Of proceedings: Algarve.
- Costa, M. B. F. (2004). *Revolução digital e turismo. A reconfiguração dos espaços e das ações no desenvolvimento das cidades turísticas*. In: Lemos, André [org.]. *Cibercidades. As cidades na cibercultura*. Rio de Janeiro: E-Papers.
- Eagleton, T. (2005). *A ideia de cultura*. São Paulo: Unesp.
- Foucault, M. (2007). *A ordem do discurso*. 15. Ed. São Paulo: Loyola.
- Gaxiola, N. C. (2009). *Algunas consideraciones dialécticas y hermenéuticas sobre la epistemología y la importancia de la tradición em el pensamiento turístico*. *Turismo em Análise*, 20(3), 409-426. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/14193/> Acesso em 02 de outubro de 2016.
- Graham, J., A. B., Plumptre, T. (2003). *Principles for Good Governance in the 21st Century*. Policy Brief . Nº. 15. Institute on Governance, Canada: Ottawa.
- Hall, M. C. (2011). *Uma tipologia de governança e suas implicações para a análise política de turismo*. *Jornal do turismo Sustentável*.

- Horan, T. A. (2000). *Digital Places: building our city of Bits*. Washington: Urban Land Institute.
- Hose, T. A. (2005). *Geoturismo europeu. Interpretações geológicas e promoção da geoconservação para turistas*.
- Liccardo, A., Mantesso-Neto, V., Piecarz, G. F. (2012). *Geoturismo urbano: educação e cultura*. Anuário do Instituto de Geociência. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro.
- Liccardo, A., Mantesso-Neto, V., Piecarz, G. F. (2016). *Geoturismo urbano. Possibilidades para a geoconservação*. 45º Congresso Brasileiro de Geologia. Acesso em 13 de junho de 2016. www.mineropar.pr.gov.br/arquivos/File/publicacoes/GeoturismoUrbanoPossibilidadesParaAgeoconservacao.pdf/
- Linchy, K. (1997). *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Merleau-Ponty, M. (1999). *Fenomenologia da percepção*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes.
- National Geographic Travel (2016). *Geoturismo*. Disponível em <https://shre.ink/QMuV/>. Acesso em 10 de outubro de 2016.
- Newsome, D., Dowling, R., Leung, Y-F. (2012). *A natureza e gestão de geoturismo: Um estudo de caso de dois destinos icônicos de geoturismo estabelecidos*. *Tourism Management Perspectives*.
- Panosso Netto, A., Nechar, M. C (2014). *Epistemologia do Turismo: escolas teóricas e propostas críticas*. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*. São Paulo, 8(1), jan./mar. pp. 120-144. Disponível em: <https://shre.ink/QMbi/>. Acesso em 2 de outubro de 2016.
- Silva, M. L. N. da. (2016). *Geodiversidade da cidade de Natal: valores, classificações, ameaças*. Relatório de Graduação. Departamento de Geologia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte: Natal.

Índice Remissivo

	C	internet, 73, 74, 76, 77, 80, 81, 82, 83, 86, 88
Cidade, 48, 49		
	E	Parques Nacionais, 7, 10, 17
Eventos, 56, 58, 61, 62, 63, 65, 68, 69		perfil, 76, 77, 83, 84
	I	
Instituto Federal de Brasília, 56, 57, 61		turismo, 73, 74, 78, 79, 80, 81, 82, 85, 86, 87



Sobre os organizadores



  **Queila Pahim da Silva**

Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico nas áreas de Turismo, Hospitalidade e Lazer no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB). Doutora em Educação pela Universidade Católica de Brasília. Mestre em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2012); Especialista em Planejamento e Consultoria Turística pela Faculdade Estácio de Sá RN (2009); Bacharel em Turismo pela Faculdade de Ciências Cultura e Extensão do Rio Grande do Norte (2005) e técnica de Guia de Turismo pelo SENAC RN (2005). Atua nas áreas de formação de professores para a educação bilíngue de Surdos, educação de Surdos e oratória para ouvintes. Participa dos Grupos de Pesquisa: Grupo de Estudos Críticos e Avançados em Linguagens (GECAL) da Universidade de Brasília, Comunidade Escolar: Encontros e Diálogos Educativos da Universidade Católica de Brasília e Ensino de Libras - Língua Brasileira de Sinais do Instituto Federal de Brasília. Faz parte do corpo editorial da Pantanal Editora.



  **Sergio Ramiro Rivero Guardia**

Doutor em turismo (2020), mestre em sistemas e computação na área de engenharia de software pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte UFRN (2002). Graduado em processamento de dados pela Universidade Federal de Campina Grande UFCG (1987). Atualmente é engenheiro de sistemas e consultor em tecnologias da informação e comunicação na DATANORTE (Companhia de Processamento de Dados do RN) e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Com larga experiência na área de sistemas de informação empresarial e assessoria na gestão de empresas, tendo participado na modelagem de processos de negócios e no desenvolvimento de sistemas computadorizados, atuando principalmente nas áreas de: Inovação, gestão da TIC, gerenciamento de projetos, integração, desenvolvimento e implantação de sistemas de informação, negócios eletrônicos, sistemas de qualidade ISO e mais recentemente em marketing digital. No momento interessado em cidades e destinos inteligentes.



Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br